

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”) e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos.

A Companhia também conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2018.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas

Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no

resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e, juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrente de vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com

vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da LAT Capital Ltd. e da C7S Tecnologia Ltda., das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Springmaid International, Inc. (Índia); (v) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA); (vi) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA); (vii) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá); (viii) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA); (ix) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman); (x) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 100,0%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	2017	2016	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,3080	3,2591	1,5%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,2031	3,4500	-7,2%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Norma

Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas

Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1)

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016

A adoção destes novos pronunciamentos não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2017. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações compromissadas (*)	-	-	84.726	44.641
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	3.437	499
Depósitos no exterior	-	-	65.897	112.121
Depósitos em contas correntes	103	268	1.382	3.099
	-----	-----	-----	-----
	103	268	155.442	160.360
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2017	2016
Renda fixa no exterior	16.969	6.806
Fundos de investimentos no exterior	17.585	10.803
Depósitos vinculados (US\$) (2)	63.819	62.057
Depósito restrito (1)	609	599
	-----	-----
	98.982	80.265
Circulante	(35.163)	(18.208)
	-----	-----
Não circulante	63.819	62.057
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2017, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2016) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Cientes no mercado interno	392.626	374.667
Cientes no mercado externo	118.944	124.647
Operadoras de cartão de crédito	4.771	8.120
Partes relacionadas – mercado interno	5.622	4.561
Partes relacionadas – mercado externo	1.476	2.331
	-----	-----
	523.439	514.326
Provisão para devedores duvidosos	(25.792)	(21.118)
	-----	-----
	497.647	493.208
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 71 dias (67 dias em 31 de dezembro de 2016). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2017	2016
A vencer	439.698	427.701
Vencidas até 30 dias	28.740	23.353
Vencidas de 31 a 60 dias	4.165	5.475
Vencidas de 61 a 90 dias	2.418	3.929
Vencidas de 91 a 180 dias	2.355	10.455
Vencidas de 181 a 360 dias	6.194	4.550
Vencidas acima de 360 dias	39.869	38.863
	-----	-----
	523.439	514.326
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(21.118)	(25.964)
Adições	(5.485)	(2.914)
Baixas	868	6.953
Variação cambial	(57)	807
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(25.792)	(21.118)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2017	2016
Matéria-prima e secundários	98.863	130.041
Produtos em elaboração	144.227	153.015
Produtos acabados	256.116	232.741
Peças de reposição	38.969	44.438
	-----	-----
	538.175	560.235
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos. A movimentação da provisão é como segue:

	2016	Adições	Baixas	Variação cambial	2017
Matéria-prima e secundários	(1.246)	-	702	-	(544)
Produtos acabados	(9.194)	-	5.196	161	(3.837)
Peças de reposição	(2.994)	-	530	(150)	(2.614)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	-	6.428	11	(6.995)
	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições	Baixas	Variação cambial	2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	67	-	(1.246)
Produtos acabados	(10.243)	(2.783)	1.967	1.865	(9.194)
Peças de reposição	(1.465)	(1.548)	-	19	(2.994)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(4.331)	2.034	1.884	(13.434)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Clientes em recuperação extra judicial (a)	17.500	21.545
Clientes em recuperação judicial (b)	2.091	-
Parcelamento de acordo com clientes (c)	211	-
Clientes em recuperação judicial (d)	1.549	-
Venda de imóvel (e)	17.480	-
Financiamento no repasse de lojas (f)	9.671	9.084
Aluguéis a receber	143	-
	-----	-----
	48.645	30.629
 Circulante (*)	 (11.257)	 (6.341)
	-----	-----
Não circulante	37.388	24.288
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica de “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 72 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em 19 parcelas mensais iguais.

(d) Pagamento em 12 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 59 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da Companhia em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento dos recebíveis da CSA, os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido) e ii) implantação pela CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à CSA. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

A administração da CSA, baseada no parecer de seus advogados, no protocolo de intenções e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio Líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2017	2016	2017	2016
SGUS	150.045	100,0	91.376	150.045	55.208	91.376	121.706
CSA	1.007.863	100,0	(45.885)	1.007.863	951.881	(45.885)	(65.597)
AMMO	35.427	100,0	(11.060)	35.427	46.487	(11.060)	(50.749)
				1.193.335	1.053.576	34.431	5.360
				=====	=====	=====	=====

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

	Patri- mônio Líquido	Partici- pação - %	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2017	2016	2017	2016
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	(31)	100,0	(31)	(15)	(17)	(3)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	1.760	100,0	1.760	1.800	(57)	(9)
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.820	100,0	1.820	1.437	(4)	(16)
Springmaid International, Inc. (Índia)	135	100,0	135	127	-	(45)
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA) (2)	-	100,0	-	-	-	(438)
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA) (3)	-	100,0	-	70.039	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (4)	51.669	100,0	51.669	40.906	3.602	5.483
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (4), (5)	-	100,0	-	(4.570)	1.145	(1.840)
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (4)	3.663	100,0	3.663	3.390	(10)	(16)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (6)	(661)	100,0	(661)	(240)	(653)	58

(1) Companhias subsidiárias integrais da Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Essa companhia foi dissolvida pela Springs Global US, Inc. em junho 2016.

(3) Nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2017, a controlada SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%. As transações foram aprovadas por unanimidade pelo conselho de administração da Springs Canada Holdings. Em 30 de dezembro de 2017, a Springs Canada Holdings foi incorporada pela SGUS.

(4) Companhias subsidiárias integrais da SGUS. Anteriormente, essas companhias eram subsidiárias integrais da Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), a qual foi incorporada, vide detalhes no item (3) acima.

(5) Em 31 de dezembro de 2017, a Springs Brands foi incorporada pela SGUS.

(6) Companhia subsidiária integral da Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Investimentos da CSA

	Patri- mônio Líquido	Partici- pação - %	Resul- tado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2017	2016	2017	2016
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	45.162	100,00	(13.807)	45.162	67.757	(13.807)	(3.450)
LAT Capital Ltd. (1)	3.235	100,00	3.831	3.235	-	3.831	(796)
C7S Tecnologia Ltda. (2)	3.140	100,00	-	3.140	-	-	-
				51.537	67.757	(9.976)	(4.246)
				=====	=====	=====	=====

(1) A LAT Capital Ltd. ("LAT") é controlada da CSA e possui sede em Nassau, Bahamas.

(2) A C7S Tecnologia Ltda., é controlada da CSA e possui sede em Blumenau – SC. Tem como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. Em 2017 a C7S estava em pré-operação e iniciará suas atividades a partir de fevereiro de 2018.

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo do exercício a Companhia preparou e desocupou a área destinada à locação e já iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas. Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 50,0 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento.

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da controlada CSA, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos.

A controlada CSA obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2017
Custo residual do imóvel:	
Terrenos e benfeitorias	3.894
Edifícios	22.887
Instalações	13.230
Projetos em andamento	3.711

Total do custo residual (1)	43.722
Mais valia apurada (2)	167.454

Valor justo (3) (4)	211.176
	=====

(1) Valores transferidos da rubrica de imobilizado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui imposto diferido passivo de R\$56.934. Vide nota explicativa nº 18.c às demonstrações financeiras.

(3) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercado Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

(4) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Em 2017 os valores de receita por arrendamento foram de R\$1.748 e estão classificadas na demonstração do resultado na rubrica de “Outras, líquidas”.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	3,4	30.380	(10.198)	20.182	27.203
Edifícios	2,7	360.643	(147.421)	213.222	240.527
Instalações	6,5	198.633	(140.186)	58.447	75.545
Máquinas e equipamentos	6,2	1.148.007	(842.689)	305.318	301.542
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.587	(16.590)	20.997	22.428
Móveis e utensílios	8,3	44.525	(32.396)	12.129	12.960
Veículos	20,0	13.333	(11.791)	1.542	1.791
Computadores e periféricos	15,4	54.740	(50.924)	3.816	3.866
Obras em andamento	-	27.644	-	27.644	56.392
Outros	10,0	144.610	(138.742)	5.868	7.012
		2.060.102	(1.390.937)	669.165	749.266
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	2016	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Transferências para propriedades para investimentos	Variação cambial	2017
Terrenos e benfeitorias	36.333	1.192	(2.714)	-	(3.894)	(537)	30.380
Edifícios	424.331	12	(32.542)	17.989	(48.148)	(999)	360.643
Instalações	228.648	212	(390)	5.127	(34.151)	(813)	198.633
Máquinas e equipamentos	1.118.476	15.496	(22.473)	38.062	(23)	(1.531)	1.148.007
UHE - Porto Estrela	37.584	3	-	-	-	-	37.587
Móveis e utensílios	44.315	797	(1.635)	949	-	99	44.525
Veículos	16.690	496	(3.786)	(81)	-	14	13.333
Computadores e periféricos	56.409	1.636	(3.209)	(777)	-	681	54.740
Obras em andamento	56.392	35.463	(14.034)	(46.217)	(3.711)	(249)	27.644
Outros	142.605	-	-	-	-	2.005	144.610
	2.161.783	55.307	(80.783)	15.052	(89.927)	(1.330)	2.060.102
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2016	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Transferências para proprieda- des para investimentos	Variação cambial	2017
Terrenos e benfeitorias	(9.130)	(1.743)	668	-	-	7	(10.198)
Edifícios	(183.804)	(9.580)	27.775	(7.682)	25.261	609	(147.421)
Instalações	(153.103)	(8.585)	270	(57)	20.921	368	(140.186)
Máquinas e equipamentos	(816.934)	(45.821)	18.731	448	23	864	(842.689)
UHE - Porto Estrela	(15.156)	(1.434)	-	-	-	-	(16.590)
Móveis e utensílios	(31.355)	(2.065)	1.170	(11)	-	(135)	(32.396)
Veículos	(14.899)	(789)	3.643	277	-	(23)	(11.791)
Computadores e periféricos	(52.543)	(1.492)	2.800	1.017	-	(706)	(50.924)
Outros	(135.593)	(1.143)	-	-	-	(2.006)	(138.742)
	<u>(1.412.517)</u>	<u>(72.652)</u>	<u>55.057</u>	<u>(6.008)</u>	<u>46.205</u>	<u>(1.022)</u>	<u>(1.390.937)</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	60.245	1.080	(6.083)	4.904	(21.963)	(1.850)	36.333
Edifícios	430.430	4.533	-	(3.158)	-	(7.474)	424.331
Instalações	229.754	457	(249)	2.042	(785)	(2.571)	228.648
Máquinas e equipamentos	1.126.284	12.743	(1.674)	4.712	(49)	(23.540)	1.118.476
UHE - Porto Estrela	37.552	32	-	-	-	-	37.584
Móveis e utensílios	49.651	1.325	(1.120)	623	(4.077)	(2.087)	44.315
Veículos	17.687	289	(217)	5	-	(1.074)	16.690
Computadores e periféricos	62.873	1.464	(484)	471	(354)	(7.561)	56.409
Obras em andamento	52.289	41.633	(1.659)	(35.465)	-	(406)	56.392
Outros	168.576	2	(294)	-	-	(25.679)	142.605
	<u>2.235.341</u>	<u>63.558</u>	<u>(11.780)</u>	<u>(25.866)</u>	<u>(27.228)</u>	<u>(72.242)</u>	<u>2.161.783</u>
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(5.985)	3.755	(760)	17.090	48	(9.130)
Edifícios	(181.042)	(9.518)	-	760	-	5.996	(183.804)
Instalações	(145.717)	(8.845)	200	(84)	380	963	(153.103)
Máquinas e equipamentos	(819.607)	(43.997)	1.316	25.748	20	19.586	(816.934)
UHE - Porto Estrela	(13.722)	(1.434)	-	-	-	-	(15.156)
Móveis e utensílios	(32.817)	(2.871)	722	(11)	1.809	1.813	(31.355)
Veículos	(15.334)	(787)	215	-	-	1.007	(14.899)
Computadores e periféricos	(58.895)	(1.822)	468	(5)	296	7.415	(52.543)
Outros	(160.036)	(1.336)	114	-	-	25.665	(135.593)
	<u>(1.450.448)</u>	<u>(76.595)</u>	<u>6.790</u>	<u>25.648</u>	<u>19.595</u>	<u>62.493</u>	<u>(1.412.517)</u>

(*) Em 2016 a Companhia efetuou provisão para perda com ativos. Em 2017 nova avaliação foi realizada e não foi identificada necessidade de ajustes à provisão.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$33.731 (R\$49.235 em 31 de dezembro de 2016) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2016	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2017
Custo	448.763	440	(52.105)	(16.153)	4.601	385.546
Depreciação	(357.329)	(1.058)	31.382	6.008	(3.974)	(324.971)
Provisão para perda	(42.199)	(73)	14.947	1.101	(620)	(26.844)
	<u>49.235</u>	<u>(691)</u>	<u>(5.776)</u>	<u>(9.044)</u>	<u>7</u>	<u>33.731</u>

	2015	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2016
Custo	504.262	424	(1.901)	25.866	(79.888)	448.763
Depreciação	(395.310)	(1.066)	1.381	(25.647)	63.313	(357.329)
Provisão para perda	(49.820)	(872)	1.117	-	7.376	(42.199)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59.132	(1.514)	597	219	(9.199)	49.235
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2017	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	36.821
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas – próprias	16.339	16.334
Marcas – licença de uso (*)	9.157	11.373
Propriedade intelectual	3.139	-
Pontos comerciais (luvas)	21.102	24.136
	-----	-----
Total	114.788	115.967
	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2017 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	2017
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	927	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	5	-	-	16.339
Marcas – licença de uso	11.373	-	(734)	(1.482)	9.157
Propriedade intelectual	-	3.139	-	-	3.139
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(3.034)	-	-	21.102
Total	115.967	110	(734)	(555)	114.788
	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Provisão para desvalorização de ativos (*)	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(7.108)	-	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.307	27	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso	-	12.309	(337)	(599)	-	11.373
Pontos comerciais (luvas) (*)	39.643	(4.000)	-	-	(11.507)	24.136
Total	127.182	8.336	(337)	(7.707)	(11.507)	115.967
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Em 2016, a controlada AMMO contabilizou provisão para desvalorização dos pontos comerciais. Em 2017, nova avaliação foi realizada e não foi identificada a necessidade de ajustes à provisão.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas - licença de uso” e “propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual		Consolidado	
	Moeda	de juros - %	Vencimento	2017	2016
Moeda nacional:					
		128,7 a 135,0 do CDI e			
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	11,2 + IRP	2021	410.348	391.009
Banco do Brasil S.A. (CDC)	R\$	10,0 a 10,6	2018	34.229	33.629
Banco do Brasil S.A. (*)	R\$	157,8 do CDI	2018	36.945	37.124
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2017	-	50.888
Banco Itaú BBA S.A. (c)	R\$	132,0 do CDI	2018	101.012	104.237
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 do CDI	2020	49.311	20.153
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,59 + CDI	2020	20.073	-
Banco Bradesco S.A. (*)	R\$	4,42 e 4,54 + CDI	2018	20.228	17.138
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	2.435	3.709
Outros	R\$	-	2018	64	65
				-----	-----
				674.645	657.952
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 30,3	2019	30.047	19.574
Banco Frances	\$ARG	28,0	2018	2.797	3.159
Banco Rio – Cerrito	\$ARG	31,5	2018	2.898	-
Wells Fargo Bank, N.A. (d)	US\$ e CAD\$	2,9 a 5,0	2021	105.869	147.319
Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$	6,4	2017	-	6.843
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,9	2018	26.561	16.910
Banco Santander S.A. PPE (a)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	170.956	102.740
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2018	13.268	9.784
				-----	-----
				352.396	306.329
				-----	-----
Total				1.027.041	964.281
Circulante				(444.861)	(383.588)
				-----	-----
Não circulante				582.180	580.693
				=====	=====

(*) Empréstimos mantidos pela controladora.

(a) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota 4). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2017 os índices foram cumpridos.

(b) Inclui contratos repactuados em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora da Companhia, SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017 os índices foram cumpridos.

(c) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

(d) Linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$60.000, com prazo de cinco anos. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos, distribuição a acionistas e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador da SGPSA para diversos financiamentos; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	82.330	109.246	109.329	109.443	410.348
Banco do Brasil S.A. (CDC)	34.229	-	-	-	34.229
Banco do Brasil S.A.	36.945	-	-	-	36.945
Banco Itaú BBA S.A.	101.012	-	-	-	101.012
Banco BBM S.A.	17.367	16.666	15.278	-	49.311
Banco ABC do Brasil S.A.	6.525	7.742	5.806	-	20.073
Banco Bradesco S.A.	20.228	-	-	-	20.228
BNDES (Finame)	1.170	1.100	130	35	2.435
Outros	51	8	5	-	64
	299.857	134.762	130.548	109.478	674.645
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	17.275	12.772	-	-	30.047
Banco Frances	2.797	-	-	-	2.797
Banco Rio - Cerrito	2.898	-	-	-	2.898
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	105.869	105.869
Banco do Brasil S.A.	26.561	-	-	-	26.561
Banco Santander S.A. PPE	82.205	59.938	28.813	-	170.956
JP Morgan	13.268	-	-	-	13.268
	145.004	72.710	28.813	105.869	352.396
Total	444.861	207.472	159.361	215.347	1.027.041
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	964.281	134.993	1.099.274
Novas captações ou renovações	790.879	50.000	840.879
Juros provisionados	110.508	10.139	120.647
Amortização de principal	(725.252)	(135.000)	(860.252)
Pagamento de juros	(114.134)	(11.190)	(125.324)
Variação cambial	118	-	118
Encargos antecipados, líquidos	641	(347)	294
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.027.041	48.595	1.075.636
	=====	=====	=====

14. DEBÊNTURES

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Gaia”), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida daquela controlada representada pela debênture, acrescido da remuneração da debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão. A debênture foi totalmente liquidada em seu vencimento, em 13 de junho de 2017.

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 12 de junho de 2017, a controlada CSA emitiu novas debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. (“Subscritora”). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 8,33%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 16,67%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 50,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor. Os saldos, em 31 de dezembro de 2017, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2017	Saldos em 2016
Circulante	12.500	(635)	87	11.952	134.993
Não circulante	37.500	(857)	-	36.643	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	50.000	(1.492)	87	48.595	134.993
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a

razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2017	2016
Mercado interno	60.719	40.991
Mercado externo	102.546	103.049
	-----	-----
	163.265	144.040
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 37 dias (31 dias em 31 de dezembro de 2016).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5° ao 15° ano 2002 a 2012	16° ao 25° ano 2013 a 2022	26° ao 35° ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.105	584.184	951.382
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, esse valor representava R\$62.257, sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante (R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2017, somam R\$20.997 (R\$22.428 em 31 de dezembro de 2016) (vide nota explicativa nº11 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2017 foi de R\$39.824 (R\$42.125 em 2016). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2017 foi de R\$14.557 (R\$15.438 em 2016).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2018
2018	34.757
2019	31.218
2020	28.852
2021	29.061
2022	25.479

A partir de 2022, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$181.536.

Para o período de 2018 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$33.187.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.018 (R\$21.767 em 31 de dezembro 2016), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$167.800 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto a unidade de Blumenau-SC, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes dos impostos	21.043	(7.482)	(4.341)	(64.594)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(34.431)	(5.360)	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(45.483)	(45.477)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(2.021)	-
Outros	-	-	(339)	(1.642)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(13.388)	(12.842)	(52.184)	(111.713)
Alíquota de 34%	4.552	4.366	17.743	37.982
Créditos fiscais não constituídos	(4.552)	(4.366)	8.864	20.900
Outros	-	-	(642)	(629)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	25.965	58.253
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(1.493)	2.329
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	27.458	55.924
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	2016	Reconhecidos no:		Variação cambial	Outros	2017
		Resultado	Patrimônio líquido			
Ativo:						
Diferenças temporais (CSA – Argentina) (1) (a)	1.482	-	-	-	(181)	1.301
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1) (p)	18.112	(409)	-	-	-	17.703
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1) (p)	27.368	409	-	-	-	27.777
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2) (a)	54.583	27.458	-	929	607	83.577
Diferenças temporais (AMMO – Brasil) (a)	728	-	-	-	(197)	531
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
	113.388	27.458	-	929	229	142.004
Imposto diferido passivo:						
Propriedades para investimentos (CSA – Brasil) (1) (p)	-	-	(56.934)	-	-	(56.934)
Total de impostos diferidos, líquido	113.388	27.458	(56.934)	929	229	85.070
Total do ativo não circulante (soma de a)	113.388	27.458	-	929	(52.418)	89.357
Total do passivo não circulante (soma de p)	-	-	(56.934)	-	52.647	(4.287)

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais		
2018	6.965	(6.965)	1.301	1.301
2019	-	94	-	94
2020	-	3.237	-	3.237
2021	-	5.986	-	5.986
2022	-	7.244	-	7.244
2023	1.267	9.120	-	10.387
a partir de 2024	9.471	16.228	-	25.699
	-----	-----	-----	-----
	17.703	34.944	1.301	53.948
	=====	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada CSA possuía R\$639.730 em prejuízos fiscais (R\$611.503 em 31 de dezembro de 2016) e R\$645.986 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$617.531 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimentos, vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

	2017
Valor justo	211.176
Total do custo residual	(43.722)

Mais valia apurada	167.454
Imposto de renda e contribuição social a pagar (34%)	56.934
	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. A controlada SGUS mantinha provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 era considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos diferidos ativos é de R\$83.577 (R\$54.583 em 31 de dezembro de 2016), devido aos valores realizados durante o ano e a atualização das projeções futuras, incluindo o impacto da nova alíquota do imposto de renda nos Estados Unidos, resultando no reconhecimento adicional de R\$27.458. O efeito da variação cambial no exercício foi de R\$929.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia para os próximos 10 anos. Com base em premissas conservadoras utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2018	14.101
2019	13.166
2020	14.659
2021	14.342
2022	13.587
2023 em diante	13.722

	83.577
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2018 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada SGUS possui saldo de R\$598.367 em prejuízos fiscais (R\$795.755 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	5.489	3.837
Imposto de renda e contribuição social antecipados	148	136	22.082	27.862
PIS e COFINS a recuperar	-	-	9.019	1.163
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	2.115	8.813
VAT – China e México	-	-	1.103	1.034
IPI a recuperar	-	-	1.301	71
Outros impostos a recuperar	-	-	2.448	2.344
	-----	-----	-----	-----
	148	136	43.557	45.124
Circulante	(148)	(136)	(28.662)	(35.853)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	14.895	9.271
	=====	=====	=====	=====

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$85.940, R\$4.627 e R\$17.395 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processos fiscais:				
- CPMF	-	4.317	-	4.317
- INSS	-	-	1.998	1.998
- Outros	-	-	149	157
Trabalhistas	-	-	13.589	12.729
Cíveis e outras	-	-	2.874	2.635
	-----	-----	-----	-----
Total	-	4.317	18.610	21.836
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	-	4.221	13.678	19.171
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia era pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro. Em 2017 o processo transitou em julgado com sentença desfavorável à Companhia.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	2016	Adições	Baixas	2017
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	(4.317)	-
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Outros	157	1	(9)	149
Trabalhistas	12.729	3.699	(2.839)	13.589
Cíveis e outras	2.635	596	(357)	2.874
	-----	-----	-----	-----
	21.836	4.296	(7.522)	18.610
	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	153.389	186.618
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros	6.189	7.167
(Ganho) perda atuarial	(3.751)	4.023
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Redução	(652)	-
Variação cambial	2.000	(30.719)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	145.481	153.389
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	42.962	47.042
Retorno sobre os ativos	6.323	3.543
Contribuições do empregador	8.869	11.689
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Variação cambial	725	(4.698)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	99.363	110.427
	=====	=====

	2017	2016
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,45% a 3,60%	3,75% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,75% a 4,15%	4,00% a 4,50%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros, líquido	3.832	4.496
Custo líquido do benefício	4.899	5.410
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2017	2016
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	22.243	20.374
Renda fixa	23.532	22.109
Caixa e equivalentes de caixa	343	479
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$8.170 para os planos de benefício definido em 2018. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2018	11.681
2019	11.400
2020	11.012
2021	10.692
2022	10.384
2023 – 2027	46.878

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Provisão para plano de pensão	99.363	110.427
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.990	5.710
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	104.353	116.137
Circulante (a)	(8.817)	(10.127)
	-----	-----
Não circulante	95.536	106.010
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2017	2016	2017	2016
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	50.176	36.747
	-----	-----	-----	-----
	-	-	50.176	36.747
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	38.900	36.311	-	-
Coteminas International Ltd.	701	661	-	-
Holtex Inc.	-	489	-	-
Santanense Argentina	90	66	-	-
Sucursal Argentina	20	27	-	-
	-----	-----	-----	-----
	39.711	37.554	-	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros Receita (despesa)	
	2017	2016
Controladora:		
Coteminas S.A.	(5.282)	(5.040)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(2)	(8)
AMMO Varejo Ltda.	-	7
	-----	-----
	(5.284)	(5.041)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	9.875	6.798
Companhia Tecidos Santanense	(112)	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	(44)	13
Coteminas International Ltd	29	-
	-----	-----
	9.748	6.811
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$26.375 estava contabilizado, sendo R\$7.418 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$9.811 em 31 de dezembro de 2016) e R\$18.957 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$26.375 em 31 de dezembro de 2016), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2017, foi apropriado o valor de R\$9.811 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$11.564 em 2016).

Em 2017, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$39.510 (R\$29.028 em 2016). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	103	268	155.442	160.360
Títulos e valores mobiliários	-	-	35.163	18.208
Duplicatas a receber	-	-	497.647	493.208
Outros créditos a receber	1.044	1.024	52.307	57.000
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	63.819	62.057
Valores a receber – clientes	-	-	37.388	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.587	54.880
Partes relacionadas	-	-	39.711	37.554
Outros	-	-	34.568	34.102
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	21.866	21.940	444.861	383.588
Debêntures	-	-	11.952	134.993
Fornecedores	4	79	163.265	144.040
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	7.202	6.304
Concessões governamentais	-	-	19.473	17.617
Outras contas a pagar	-	-	42.884	61.620
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	582.180	580.693
Debêntures	-	-	36.643	-
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	13.816	15.463
Partes relacionadas	50.176	36.747	-	-
Concessões governamentais	-	-	42.784	48.744
Outras obrigações	2.056	2.056	15.174	12.572

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela

referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 não há operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Investimentos	198.442 =====	122.965 =====
Em milhares de dólares equivalentes	59.989 =====	37.729 =====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	3.437	499
Duplicatas a receber	39.324	41.397
Títulos e valores mobiliários	63.819	62.057
Fornecedores	(1.455)	(1.146)
Empréstimos e financiamentos	(197.517)	(126.493)
Partes relacionadas	(65.518)	(9.942)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(157.910)	(33.628)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(47.736)	(10.318)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do Dólar	(30.067)	(3.093)	(28.732)	(54.371)
2019	Alta do Dólar	(28.177)	(6.679)	(31.651)	(56.623)
2020	Alta do Dólar	10.508	4.384	14.170	23.956
		-----	-----	-----	-----
		(47.736)	(5.388)	(46.213)	(87.038)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2017, a Companhia registrou um ganho de R\$2.922 (em 2016 um ganho de R\$4.174).

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.650)	165.646	164.795
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.819)	165.477	164.128
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2018	60.000	474	(360)	60.114	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: outubro/2018	19.230	62	(181)	19.111	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	-	-	-	-	8.409
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	11.478
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	-	-	-	-	22.178
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2017	-	-	-	-	20.021
(referência à nota explicativa nº 13)				410.348	391.009
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	30.543

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	20.345
(referência à nota explicativa nº 13)				-	50.888
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	100.000	1.012	-	101.012	104.237
(referência à nota explicativa nº 13)				101.012	104.237
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2020	48.610	701	-	49.311	20.153
(referência à nota explicativa nº 13)				49.311	20.153
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2020	20.000	73	-	20.073	-
(referência à nota explicativa nº 13)				20.073	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	62.144	311	(246)	62.209	102.740
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	53.383	1.169	(445)	54.107	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: novembro/2020	55.147	239	(746)	54.640	-
(referência à nota explicativa nº 13)				170.956	102.740
Debêntures -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	50.000	87	(1.492)	48.595	134.993
	798.514	8.720	(6.939)	800.295	804.020
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do CDI	741.179	53.762	72.340	86.027
2019	Alta do CDI	408.035	31.305	54.862	65.971
2020	Alta do CDI	232.546	16.831	36.548	44.020
2021	Alta do CDI	80.639	5.569	11.620	14.012
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.091.006	469.290	400.965	220.745	6
Debêntures	55.459	15.567	39.892	-	-
Fornecedores	163.266	163.266	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.309.731	648.123	440.857	220.745	6
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	1.027.041	964.281
Debêntures	48.595	134.993
Caixa e equivalentes de caixa	(155.442)	(160.360)
Títulos e valores mobiliários	(98.982)	(80.265)
Total da dívida líquida	821.212	858.649
Total do patrimônio líquido	1.149.507	1.027.804
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.970.719	1.886.453
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2017					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	1.235,5	252,8	1.488,3	784,6	(74,2)	2.198,7
Custo dos produtos vendidos	(913,9)	(123,2)	(1.037,1)	(658,2)	74,2	(1.621,1)
Lucro bruto	321,6	129,6	451,2	126,4	-	577,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(217,1)	(127,4)	(344,5)	(66,5)	(4,3)	(415,3)
Outros	8,7	(1,1)	7,6	11,0	-	18,6
Resultado operacional	113,2	1,1	114,3	70,9	(4,3)	180,9
Resultado financeiro	-	-	-	-	(185,2)	(185,2)
Resultado antes dos impostos	113,2	1,1	114,3	70,9	(189,5)	(4,3)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	67,0	3,9	70,9	2,8	-	73,7
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	2016					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	1.156,3	252,1	1.408,4	965,2	(62,3)	2.311,3
Custo dos produtos vendidos	(830,2)	(121,5)	(951,7)	(802,9)	62,3	(1.692,3)
Lucro bruto	326,1	130,6	456,7	162,3	-	619,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(201,0)	(141,7)	(342,7)	(79,8)	(3,6)	(426,1)
Outros	(8,5)	0,1	(8,4)	3,5	-	(4,9)
Provisão para desvalorização de ativos	116,6	(11,0)	105,6	86,0	(3,6)	188,0
	-	(19,1)	(19,1)	-	-	(19,1)
Resultado operacional	116,6	(30,1)	86,5	86,0	(3,6)	168,9
Resultado financeiro	-	-	-	-	(233,5)	(233,5)
Resultado antes dos impostos	116,6	(30,1)	86,5	86,0	(237,1)	(64,6)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	65,1	9,6	74,7	3,0	-	77,7
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	987,0	1.023,6
Utility bedding	669,0	775,5
Produtos intermediários	289,9	260,1
Varejo	252,8	252,1
	-----	-----
	2.198,7	2.311,3
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	31,5	32,8
Utility bedding	44,6	46,3
Produtos intermediários	28,2	28,0
	-----	-----
	104,3	107,1
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(1.349.033)	(1.354.736)
Benefícios a empregados	(458.168)	(456.781)
INSS	(44.086)	(40.680)
Depreciação e amortização	(73.710)	(77.661)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(8.315)	(51.328)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(1.127)	(29.230)
Outros	(101.957)	(107.935)
	-----	-----
Total por natureza	(2.036.396)	(2.118.351)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	(1.621.136)	(1.692.301)
Vendas	(272.816)	(280.664)
Gerais e administrativas	(131.906)	(135.882)
Honorários da administração	(10.538)	(9.504)
	-----	-----
Total por função	(2.036.396)	(2.118.351)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.687.234	2.817.911
Deduções das vendas	(488.539)	(506.640)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.198.695	2.311.271
	=====	=====

27. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.043	(7.482)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	50.000.000	50.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	0,4209	(0,1496)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 19 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente integralizadas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)
Destinação dos recursos	(3)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da Companhia, referidos na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

(3) Parte dos recursos serão destinados obrigatoriamente para pagamento integral do financiamento junto ao Banco Itaú BBA S.A. (vide nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras) e o saldo para reforço de capital de giro.

* * * * *